

Estudo Técnico Preliminar 76/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23343.001814.2024-61

2. Descrição da necessidade

O CREDENCIAMENTO tem por objeto a contratação de Leiloeiro Oficial com estrutura para preparar, organizar e conduzir leilão eletrônico via web ou presencial, para proceder a alienação onerosa de bens **(VEÍCULOS)** considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica do IFSULDEMINAS.

A escolha dos(as) Leiloeiros(as) Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que a instituição possa realizar o Leilão de bens móveis inservíveis.

A Lei 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe mudanças significativas para o processo de desfazimento de bens pela Administração Pública, incluindo a necessidade de credenciamento de leiloeiros. O credenciamento é um procedimento pelo qual a Administração seleciona, mediante critérios objetivos, profissionais ou empresas especializadas para a realização de serviços específicos, como é o caso dos leilões. A nova lei estabelece que a Administração pode optar pela designação de um servidor para conduzir o leilão ou delegar a atividade a um leiloeiro oficial, cuja seleção deve ocorrer obrigatoriamente por meio de credenciamento ou pregão.

Essa exigência visa garantir a transparência, a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de assegurar a igualdade de condições a todos os que se dispõem a contratar com o Poder Público. O credenciamento de leiloeiros, portanto, torna-se um mecanismo essencial para a eficiência e legalidade do processo de desfazimento, assegurando que os leiloeiros selecionados possuam as qualificações necessárias e estejam em conformidade com os requisitos legais, como os estabelecidos pelo Decreto n. 21.981/1932.

Além disso, a Lei 14.133/2021 impõe a manutenção pública de um edital de credenciamento em sítio eletrônico, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados e evitando limitações temporais que restrinjam o acesso de potenciais candidatos. Isso reflete o entendimento de que a publicidade e a possibilidade de constante atualização de interessados são fundamentais para a integridade do processo licitatório.

Em resumo, o credenciamento de leiloeiros sob a égide da Lei 14.133/2021 é uma ferramenta que contribui para a modernização e aprimoramento dos procedimentos de licitação, alinhando-os com princípios de eficiência, transparência e isonomia, essenciais para a boa gestão dos recursos públicos e para a confiança na Administração Pública.

Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

§ 2º O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá:

I - a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;

II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;

III - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;

IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

§ 3º Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

§ 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

Nesse sentido, o CREDENCIAMENTO, para posterior sorteio entre os(as) leiloeiros(as), torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE MATERIAIS E LOGÍSTICA - DML	REGINALDO DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para fins de habilitação neste credenciamento, o leiloeiro deverá atender no mínimo os seguintes requisitos:

Apresentar declaração atestando a regularidade do leiloeiro perante a Junta Comercial de Minas Gerais, expedida do máximo 30 (trinta) dias antes da sua apresentação à instituição;

Apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o leiloeiro interessado no credenciamento já tenha procedido em alienação ou leilão público;

Declaração do leiloeiro de que disponibilizará de infraestrutura para promover, além da alienação em sessão presencial, a modalidade eletrônica, possuindo inclusive “site” próprio, informando o endereço na internet;

Possuir instalações adequadas no município sede da empresa para realização das sessões públicas presenciais (local próprio ou de terceiros), de fácil localização, em ambiente adequado, com condições de conforto aos interessados, caso necessário;

5. Levantamento de Mercado

A previsão de contratação de leiloeiro está estabelecido pela Lei 14/133/2021 em seu artigo 31. No caso em questão, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

Assim, esta administração optou pelo pagamento na forma de 5% (cinco por cento) do valor do leilão como forma de pagamento aos serviços do(s) leiloeiro(s).

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviço de leiloeiro oficial para atender as demandas de alienação de bens **(VEÍCULOS)** ociosos e inservíveis de propriedade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Os serviços a serem prestados pelo leiloeiro oficial abrangem a organização, divulgação e realização de leilões de bens móveis e materiais inservíveis de propriedade do IFSULDEMINAS, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Na alienação promovida pelo leiloeiro oficial será observado o critério de julgamento da maior oferta de preço, no qual a pessoa que oferecer melhor preço, ao término dos lances, irá adjudicar o lote objeto da alienação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando que o objetivo do credenciamento para contratação de Leiloeiro Oficial é para uma alienação de veículos, a quantidade necessária será de 2 (dois) Leiloeiros Oficiais para prestação do serviço.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.500,00

O(s) Leiloeiro(s) Oficial(ais) terá como única forma de remuneração o equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada lote de bens arrematado, a ser pago pelo arrematante, nos termos do Decreto nº 21.981, de 1932.

O arrematante repassará ao IFSULDEMINAS o valor líquido arrematado no leilão, após a análise e validação da Comissão para Avaliação e Leilão de Bens Móveis Inservíveis do IFSULDEMINAS, dos valores ofertados no certame.

O pagamento do lote arrematado deverá ser efetuado pelo arrematante por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pela Comissão para Avaliação e Leilão de Bens Móveis Inservíveis do IFSULDEMINAS.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será contratada em dois itens, considerando que serão dois lotes de leilão ocorrendo um na cidade de Inconfidentes e o outro na cidade de Muzambinho.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Credenciamento é fundamental para contratação do Leiloeiro Oficial que irá realizar o certame licitatório do Leilão para a alienação de bens (veículos) considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica do IFSULDEMINAS.

Ou seja, o Credenciamento tem relação direta com o Leilão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Está lançado no PCA 2024, embora seja uma contratação que não gerará diretamente a Administração Pública despesas financeiras este processo gera gastos econômicos tendo em vista o emprego de mão de obra dos servidores envolvidos na estruturação e encaminhamento do processo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de Leiloeiro Oficial é fundamental para o desfazimento de bens (**VEÍCULOS**) considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica do IFSULDEMINAS através de Leilão.

Além de auferir recursos com a alienação dos bens, libera o pátio do IFSULDEMINAS para uma composição de frota menos poluentes e sujeita a ônus constante de manutenção.

13. Providências a serem Adotadas

Designar servidores para constituírem a Comissão de Avaliação e Leilão de Bens Móveis Inservíveis do IFSULDEMINAS.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica a esta contratação, porém colabora para o tratamento dos seguintes riscos ambientais:

Acúmulo de veículos no pátio do IFSULDEMINAS que com a ação do tempo podem derramar fluidos no ambiente.

É sabido que os veículos com tração vinculada ao combustível fóssil é mais poluente sendo grande causador de passivo ambiental e o pensamento desta instituição vinculados aos 17 ODS, visa também a diminuição/eliminação de veículos de combustão fóssil.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em acordo com processos correlatos, pesquisas de mercado e avaliação de outros processos, considera-se a proposta viável para a Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMUEL FERNANDO PONTES

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 02/08/2024 às 08:23:54.

REGINALDO DE OLIVEIRA

Diretor de Materiais e Logística



Assinou eletronicamente em 31/07/2024 às 09:13:57.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotação-resumido-161-2024.pdf (70.52 KB)

Anexo I - cotação-resumido-161-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
161/2024	158137	Rascunho	LUIS ADRIANO BATISTA
Título: credenciamento leiloeiro			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 10,0000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

3972 - Leiloeiros

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,0000

Média

R\$ 181,1422

Mediana

R\$ 5,0000

Coefficiente de Variação: 529,0819%

Desvio Padrão: 958,3906

Maior Preço: R\$ 6,874,6000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 100,0000	11/07/2024	Sim
2	I	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0000	10/07/2024	Sim
3	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 100,0000	10/07/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	10/07/2024	Sim
5	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	10/06/2024	Sim
6	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	10/06/2024	Sim
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	06/06/2024	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 5,0000	27/05/2024	Sim
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 5,0000	27/05/2024	Sim
		CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-					

10	I	CE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	23/05/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	14/05/2024	Sim
12	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
13	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
14	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
15	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
16	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
17	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
18	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	13/05/2024	Sim
19	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 8,1300	07/05/2024	Sim
20	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-TO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	25/04/2024	Sim
21	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 17-MT - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	22/04/2024	Sim
22	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	18/04/2024	Sim
23	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	12/04/2024	Sim
24	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5,0000	03/04/2024	Sim
25	I	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0000	28/03/2024	Sim
26	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	20/03/2024	Sim
27	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	20/03/2024	Sim
28	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	20/03/2024	Sim
29	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA-MJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	20/03/2024	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5,0000	23/02/2024	Sim
31	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5,0000	16/02/2024	Sim
32	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5,0000	16/02/2024	Sim
33	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5,0000	16/02/2024	Sim
34	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0000	14/02/2024	Sim
35	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	15/01/2024	Sim
36	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	5020 UNIDADE	R\$ 198,2000	13/01/2024	Sim

		gov.br				
37	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras, gov.br	1506 UNIDADE	R\$ 250,0000	13/01/2024	Sim
38	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras, gov.br	3514 UNIDADE	R\$ 250,0000	13/01/2024	Sim
39	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	11/01/2024	Sim
40	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	11/01/2024	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	09/01/2024	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	03/01/2024	Sim
43	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0000	03/01/2024	Sim
44	I	CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA-SE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	29/12/2023	Sim
45	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	28/12/2023	Sim
46	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1,0000	28/12/2023	Sim
47	I	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov. br	1 UNIDADE	R\$ 6.874,6000	26/12/2023	Sim
48	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 100,0000	13/12/2023	Sim
49	I	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 0,0100	30/11/2023	Sim
50	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras, gov.br	5100 UNIDADE	R\$ 40,0000	21/11/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 30/07/2024 10:01

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Termo de Referência 175/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
175/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	LUIS ADRIANO BATISTA	02/08/2024 08:25 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	217/2024	23343.001814.2024-61

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de leiloeiro profissional, regularmente matriculado na Junta Comercial de Minas Gerais para realização de Leilões Públicos de bens inservíveis, obsoletos, antieconômicos e descontinuados do acervo Patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Leiloeiro Oficial para realização de leilões públicos de bens públicos inservíveis.	3972	2	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

1.2. A seleção dos leiloeiros oficiais será por meio de credenciamento, que será gerado uma lista em ordem definida por este TR e posterior sorteio dos credenciados.

1.3. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma do art. 108 Lei nº14.133, de 2021.

4. Requisitos da contratação

4.1. Devem ser observado os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental no que tange ao objeto da contratação, especialmente;
- Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como as seguintes resoluções;
- Resolução CONAMA 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Resolução do CONAMA 416/2009, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências;
- Caberá ainda a Contratada, certificar-se que todos os materiais contaminados com óleo lubrificante ou outras substâncias similares devem ser armazenados em tambores que deverão ser tampados e dispostos em locais apropriados.

4.2. **Credenciamento** de Leiloeiro Oficial, conforme abaixo:

4.2.1. Declarar sob pena da lei, que:

4.2.1.1. até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.1.2. em obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos;

4.2.1.3. não se encontra destituído, suspenso, ou impedido de exercer a função de Leiloeiro Oficial;

4.2.1.4. a comissão a ser paga pelos serviços prestados pelo leiloeiro será de responsabilidade do arrematante do bem no leilão oficial, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor.

4.2.1.5. Ter condições de oferecer, no mínimo, a seguinte infraestrutura no Leilão Oficial em que atuará como leiloeiro:

a) Endereço eletrônico na INTERNET para divulgação do leilão;

b) Fazer constar na divulgação do evento na INTERNET: a descrição dos bens ofertados, fotos daqueles indicados pelo IFSULDEMINAS, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais;

c) As condições poderão ser alteradas, a critério do IFSULDEMINAS, por ocasião da realização do leilão, devidamente justificadas.

4.2.1.5.1. O leiloeiro deverá oferecer, ainda, infraestrutura para viabilizar a participação de proponentes via web, consistindo de página na INTERNET da qual conste, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) acesso, pelos ofertantes, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação. Para efetuar lances via Internet, os interessados devem dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas após credenciamento junto ao escritório do leiloeiro;
- b) possuir mecanismo para efetuar o cancelamento da chave de identificação e da senha após a realização de cada leilão, tendo em vista que sua validade é restrita a 01 (um) evento;
- c) possibilite a realização do leilão, recebendo e estimulando lances em tempo “real”, via internet, havendo interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente na web;
- d) permita a inserção dos lances verbais na internet, para conhecimento de todos os participantes;
- e) possua mecanismo que permita a apresentação apenas de lances cujo valor seja superior e o prazo igual ou inferior ao do último lance que tenha sido anteriormente ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o lote;
- f) não permita a aceitação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- g) possibilite que a cada lance ofertado, via internet ou verbalmente, o participante seja imediatamente informado de seu recebimento e respectivo valor;
- h) possibilite que, durante o transcurso da sessão pública, os participantes sejam informados, em tempo real, do valor do lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- i) permita o recebimento de lances prévios.

4.3. Vistoria do local, lavrado em termo próprio.

4.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 as 13:30, devendo o agendamento ser previamente efetuado por meio do e-mail: dml@ifsuldeminas.edu.br;

4.3.2. O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a vistoria após a convocação deste para firmar contrato, em consonância com o item 8.27 deste Termo de Referência.

4.3.3. Para a vistoria, o licitante ou seu representante, serão devidamente identificados;

4.6. O Leiloeiro Oficial deverá assinar o **TERMO DE COMPROMISSO DO LEILOEIRO PÚBLICO**, comprometendo-se a:

- a) anuir contratualmente que todas as despesas incorridas na execução do leilão, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo ao IFSULDEMINAS nenhuma responsabilização por tais despesas.
- b) realizar às suas expensas todas as despesas necessárias à realização do leilão, tais como: publicações; divulgação em site próprio, na Internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; confecção de panfletos, cartazes, livretes, faixas etc. Locação de instalações/equipamentos; contratação de mão de obra; segurança para o evento, bens e valores recebidos, etc.

5. Modelo de execução do objeto

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. A execução dos serviços será iniciada mediante provocação da Credenciante por meio da apresentação de Ofício ao Credenciado com prazo de até 30 (trinta) dias para a inicialização dos serviços;

5.1.3. Os serviços serão executados no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento de Ofício do Credenciante pelo Credenciado, podendo ser prorrogado a critério da Administração;

5.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do Credenciado, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.2. Após comunicação do Comitente, vistoriar os bens já liberados para o leilão.

5.2.1. O Credenciado deverá sugerir a avaliação dos lotes observando a desvalorização no mercado dos equipamentos diversos em função do avanço frenético da tecnologia em geral (obsolescência), bem como, a atualização do design dos fabricantes, buscando a compactação e funcionalidade dos mesmos, em consonância com a Comitente;

5.2.2. Organizar os bens em lotes comerciais objetivando melhores vendas, em consonância e subsidiada pela Comitente;

5.2.3. Elaborar e fornecer a matriz do Catálogo Oficial do Leilão, contendo as condições de arrematação (inclusive condições de retirada do material arrematado), descrição dos bens, avaliações, data, horário e local do leilão e exposição dos bens, enfim todas as informações necessárias para que os pretensos compradores inteirem de todos os detalhes do leilão;

5.2.4. Duplicar a matriz do Catálogo do leilão em no mínimo 50 (cinquenta) e no máximo 100 (cem) exemplares, e a partir daí, de acordo com as necessidades para atendimento dos interessados;

5.2.5. Distribuir os catálogos a compradores interessados, no escritório do Leiloeiro, em leilões que antecederem e pela internet, além de fornecer atendimento personalizado a clientes pelo telefone, comunicando-os do leilão fornecendo-lhes o catálogo quando solicitado;

5.2.6. Publicar aviso de leilão pelo menos 03 (três) vezes em jornal de grande circulação pode ser em meio digital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do leilão, sendo que um deverá ser no dia do leilão;

5.2.7. Confeccionar 2 (duas) faixas promocionais do leilão, para fixar no local do leilão e exposições dos bens;

5.2.8. Fornecer local adequado, bem localizado e de fácil acesso para a realização do Leilão;

5.2.9. Apregoar os bens no leilão presencial;

5.2.10. Organizar e administrar Secretaria Executiva, informatizada no dia do leilão, para execução dos trabalhos administrativos;

5.2.11. Cobrar as importâncias pagas referentes à arrematação;

5.2.12. Emitir uma Nota Fiscal para cada lote, não sendo permitido mais de um lote num mesmo documento fiscal. As notas fiscais serão emitidas com a data da realização do Leilão;

5.2.13. O Credenciado cobrará do arrematante a comissão definida e o ICMS correspondente;

5.2.14. Cientificar o arrematante/comprador as condições de retirada do(s) lote(s), salientando a necessidade de apresentação do documento de Autorização no ato de retirada, que será fornecido pelo Credenciado após o pagamento integral do lote;

5.2.15. Emitir e fornecer ao arrematante/comprador a Autorização de Retirada do(s) lote(s) arrematados da área de alienação, após a integralização do pagamento;

5.2.16. O Credenciado deverá fixar prazo de até 10 (dez) dias úteis para a retirada dos bens/lotos da área de alienação, contados a partir da data de realização do Leilão;

5.3. Os leiloeiros contratados deverão observar as disposições da Lei nº 14.133 de 2021 durante todo o processo de organização do leilão, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas neste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.5.2. O fiscal técnico do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- 6.5.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação 6.7 da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

- 7.1. O pagamento será efetuado pelo arrematante na ocasião do Leilão.
- 7.2. O Credenciado obriga-se a executar os serviços, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada

arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo a CREDENCIANTE a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo Credenciado para recebê-la.

7.3. Não será devido ao Credenciado nenhum outro pagamento além da Comissão referida no item 7.2.

7.4. As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros oficiais credenciados, não cabendo ao IFSULDEMINAS, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

7.5. O Leiloeiro Oficial será responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede,

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17. Atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o credenciado ter realizado de forma satisfatória:

a) Item 01 - Leilão de bens móveis/veículos - mínimo 43 itens;

8.17.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação e assinatura do signatário, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante.

8.17.1.1. Poderá ser solicitado ao participante a fim de comprovação do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica cópia (s) do(s) extrato(s) da(s) publicação(ões) que comprove(m) a realização do(s) leilão(ões).

8.18. Pedido de Credenciamento e os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica previstas neste Termo de Referência;

8.19. Comprovante de Matrícula na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

DA ORDEM DO CREDENCIAMENTO E CLASSIFICAÇÃO APÓS HABILITAÇÃO

8.20. Os credenciamentos serão realizados em caráter permanente, pelo período de 12 meses a contar da publicação do Aviso, em horário comercial;

8.21. O profissional que tenha interesse em credenciar-se poderá fazê-lo no período de vigência do credenciamento desde que sejam cumpridos todos os requisitos deste Edital de Credenciamento.

8.22. O rol dos leiloeiros credenciados será elaborado com base na ordem de credenciamento. Para ordenação dos leiloeiros será observada a data do credenciamento mas para a seleção será realizado sorteio.

8.23. Será elaborada relação numerada dos leiloeiros oficiais credenciados, sendo esta a forma pela qual será realizado sorteio, estabelecendo a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros.

8.23.1 Para definição da ordem será utilizado a data, hora, minutos, e se necessário, segundos do recebimento do e-mail.;

8.24. O leiloeiro credenciado será convocado, obedecendo a ordem da lista, conforme necessidades do IFSULDEMINAS para realizar o leilão, a ausência de resposta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a conta do recebimento da convocação, ou negativa, será, automaticamente, encaminhado para o último lugar da lista.

8.25. Só haverá reconvocação de qualquer habilitado depois de esgotado todo o cadastro do que ainda não fizer leilão.

8.26. Os novos credenciados durante o período de validade do credenciamento automaticamente passam a serem classificados com o último entre os que ainda não realizarem nenhum leilão.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9.1. A Contratação de Leiloeiro não gera nenhum ônus para o IFSULDEMINAS.

9.2. O valor da contratação deve se dar pelo percentual de 5% dos valores arrecadados com a alienação dos bens leiloados.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos de responsabilidade do próprio arrematante.

10.2. O leiloeiro ficará com 5% do valor dos bens arrematados e pagos.

11. Informações gerais

12.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (35) 3449-6264 ou na sede do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS - IFSULDEMINAS, situado na Av. Viicente Simões, 1111, bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre/MG, CEP: 37553-465, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMUEL FERNANDO PONTES

Setor de Transporte



Assinou eletronicamente em 02/08/2024 às 08:25:03.

REGINALDO DE OLIVEIRA

Diretor de Materiais e Logística



Assinou eletronicamente em 01/08/2024 às 13:30:06.

CPF: 10.040.339/0001-03

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar nº 76/2024. Inexigibilidade de Licitação 90020/2024 - Credenciamento de leiloeiros oficiais para o IFSULDEMINAS.

Assunto: Estudo Técnico Preliminar nº 76/2024. Inexigibilidade de Licitação 90020/2024 - Credenciamento de leiloeiros oficiais para o IFSULDEMINAS.
Assinado por: Joao Ferreira
Tipo do Documento: Comprovante
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Joao Carlos Ferreira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 02/08/2024 18:10:39.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsulde Minas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 569991
Código de Autenticação: eb8ba3fc06

